

Apropriação de referenciais históricos para a educação patrimonial em São José do Polêsine

Por Ricardo Kenmerich¹, Roselene Moreira Gomes Pommer², Zípora Rosauro³

Resumo

Este trabalho é desenvolvido a partir do Programa de Extensão em Educação para a Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS (Programa EDUQCII) em parceria com o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Universidade homônima e com a prefeitura de São João do Polêsine. Dentro desse programa, foi transcrito e transformado em livro o manuscrito composto por dois cadernos produzido pelo primeiro professor da região de São João do Polêsine. “História do São João do Polêsine, desde o início de sua colonização até o ano de 1936, escrita pelo Prof. Antônio Ceretta” foi apresentado à comunidade local durante a 60ª Festa Regional do Arroz para ser distribuído na rede municipal de ensino para servir de subsídio aos trabalhos com os estudantes.

Palavras-chave: Educação patrimonial, identidade, patrimônio, memória.

Abstract

This work is developed from the Outreach Program in Education for the Fourth Colony of Italian Immigration in the RS (EDUQCII Program) in partnership with the Industrial Technical College in Santa Maria, homonymous University and the City of St. John's Polêsine. Within this program, it was transcribed and turned into a book manuscript composed of two notebooks of the first professor at St. John's Polêsine region, presented to the local community at the 60th Regional Rice Party the "History of St. John the Polêsine, since the beginning of its colonization by the year 1936 written by Prof. Antonio Ceretta" to be distributed in local schools.

Keywords: Education for patrimony, identity, heritage, memory.

¹Graduando de História com experiência em patrimônio e memória.

²Doutora em História da América Latina.

³Estudante do Ensino Médio integrado ao técnico em mecânica.

Introdução

(...) não sabeis que quem fazem [sic] a história do mundo, são homens e não o mundo? (CERETTA, 19--., p. 14)

A História como representação metódica do passado, permite aos grupos sociais o diálogo da memória presente com seu tempo pretérito. Porém, não é sua réplica fiel, pois o documento enquanto referencial, vestígio da historicidade, “(...) está imerso no presente ao mesmo tempo [em] que é o suporte de uma significação que já não está lá” (LE GOFF, 2003). Documento é, então, a representação da experiência vivida, revelando aspectos da vida de determinado grupo via apreensão de instantes do devir, isto é, de sua relação com seu tempo e seu espaço. Assim, o devir histórico incita os indivíduos de determinado grupo a contraporem presente e passado, ou seja, arefletirem sobre o passado no presente, construindo uma específica noção de continuidade histórica e cultural. O documento, compreendido aqui como patrimônio, constitui um elo que relaciona experiências e expectativas, de acordo com valores estético-morais, culturais, econômicos e sociais.

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas. Como o presente não se pode limitar a um instante, a um ponto, a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica. (LE GOFF, 2003, p. 207).

A importância das representações do passado de uma comunidade, como a memória coletiva, está no fato dessas permitir-lhes classificar as coisas de seu nicho social, atribuindo-lhes sentidos e existindo enquanto grupo. A memória coletiva é, então, o elemento basilar da unidade do grupo, possibilitando-lhe representar-se enquanto afirmação e apresentar-se, de maneira diferenciada, em relação àqueles que estão além de sua territorialidade.

Nora identifica as memórias coletivas como sendo “(...) o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”. A sua ideia remete-nos à importância do monumento (tido como “o que fica do passado no vivido dos grupos”) e do documento (tido como “o que os grupos fazem do passado”) para a interpretação, reinterpretação e compreensão das memórias que no presente permanecem sendo o que são pela abordagem que recebem.

A partir dos conceitos de patrimônio cultural e de memória coletiva, pretende-se refletir sobre algumas referências patrimoniais de São João do Polêsine, município localizado entre os morros da Serra Geral e o Rio Soturno, no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Esse município faz parte de uma territorialidade simbólica denominada de Quarta Colônia, a qual alude ao Quarto Núcleo de Colonização Italiana do Império do Brasil, onde os aspectos imigracionistas são ressaltados como baluarte das identificações locais.

Desde o ano de 2011 vem sendo desenvolvido junto às comunidades da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul, o Programa de Extensão em Educação para a Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS (Programa EDUQCII) em parceria com o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria e a Universidade Federal homônima, que consiste em ações de ensino, pesquisa e extensão que visem o desenvolvimento social, cultural e econômico de seus moradores. Neste programa insere-se então, a atividade de elaboração do Museu da Imagem e do Som do município de São João do Polêsine, em desenvolvimento desde abril de 2014, o qual resultou, por ora, em um espaço de memória virtual (Memorial Virtual).

A partir dessa atividade, dois manuscritos escritos por Antônio Ceretta, primeiro professor da região polesinense, vieram à tona durante uma entrevista com o morador local Aléssio Agostinho Borin, curador de um acervo particular com centenas de peças, o que o próprio denomina Museu Colonial Vergílio Borin. O Sr. Aléssio integra aquilo que alguns historiadores chamam de *guardiões da memória*, ou seja, autodidatas de determinada comunidade preocupados com a manutenção dos referenciais do seu passado. É a esse morador polesinense que devemos a possibilidade de realizar as problematizações ensejadas neste trabalho.

O professor Antônio Ceretta produziu dois manuscritos, em momentos políticos diferentes: o primeiro, constituído de quatro cadernos, escritos em italiano (vêneto), no final do século XIX, aborda a história da região do Vale Vêneto e foi traduzido em 1941, pelo próprio autor, quando o país vivia sob a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas; o outro manuscrito, composto por dois cadernos, foi escrito no final da década de 1930, quando o sistema republicano no Brasil estava em afirmação e aborda a história de São João do Polêsine. Os dois se encontram no AH-PNSC (Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora), armário 01, porta 01, caixa 02 da série Missão Brasileira. Mesmo sendo produto da ação mnemônica individual, esses manuscritos são importantes registros da história da comunidade, pois resultaram das impressões e testemunhos do autor acerca das dificuldades enfrentadas

pelas famílias durante os primeiros anos de ocupação da região. Ao que parece, Ceretta, para a sua época, também pode ser identificado como um “guardião da memória” de São João do Polêsine.

Assim, procurar-se-á, através da análise dos dois manuscritos, refletir sobre sua relevância enquanto patrimônio histórico-cultural polesinense e de povoados adjacentes, bem como fonte para pesquisas históricas que vissem compreender de que forma a lembrança dos tempos da “colônia” e dos primeiros imigrantes são apropriados como referenciais de suporte histórico. Os manuscritos se constituem, a partir dessa análise, como suportes da memória coletiva local, para que se possa discutir e refletir sobre quais elos de unidade estruturam-se as posições do sujeito ítalo imigrante, ou sobre quais matérias primas estrutura-se as identificações locais.

São João do Polêsine e Vale Vêneto

A Quarta Colônia, ou quarta região de colonização italiana, era chamada de Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, fora denominada Silveira Martins, posteriormente, em homenagem ao senador Gaspar Silveira Martins que incentivou a sua fundação. Formou-se a partir do estabelecimento de 70 famílias que chegaram de barco através do rio Jacuí, até a cidade de Rio Pardo, e de lá por carros de bois uns, a pé outros, até a região de Val de Buia. Conforme as famílias dos redutos coloniais cresciam, a ocupação de novas terras tornava-se necessária, originando diversas outras comunidades vizinhas. Dessas, os manuscritos abordam algumas referências históricas sobre a ocupação de Vale Vêneto e São João do Polêsine, descrevendo as dificuldades enfrentadas durante o percurso.

Os primeiros imigrantes, empregavam na viagem [sic], mais ou menos dois meses [sic], para chegar ao lugar [sic] de destinação. Deviam desembarcar e embarcar em diversos portos para mudar de navio, e aí esperar, por alguns dias o embarque. Assim aqueles que deviam chegar a Santa Maria de Boca de Montes, como se dizia naquele tempo, tinham de fazer diversas etapas. Tacavam nos portos de Rio de Janeiro ou de Santos, de Rio Grande ou Porto Alegre e finalmente Rio Pardo ou ao lugar [sic] chamado Jacuí: e em todos estes logares [sic], tinham de ficar diversos dias a espera de novo embarque. De Rio Pardo, ou de Jacuí, deviam continuar sua viagem com carretas puxadas por bois, postas a disposição deles pelo governo. Os carreteiros eram brasileiros e com eles vinha um diretor, empregado do governo mesmo, para administrar [sic] os mantimentos e conservar a ordem. Tal viagem durava de 7

a 8 dias, sempre ao campo aberto, de dia e de noite, fizesse o tempo que fizer. As mulheres e as crianças, iam nas carretas, e os homens e rapazes, seguiam a pés. (ANTÔNIO CERETTA, 1894, p. 6 – 7)

Silveira Martins recebeu a primeira leva de imigrantes a partir de 1877, posterior a outras regiões do nordeste do Estado¹. Vale Vêneto em 1878 e São João do Polêsine somente em 1893. Atualmente, Vale Vêneto é um distrito turístico que pertence ao município de São João do Polêsine e não possui mais ligação político administrativa com Silveira Martins.

Polêsine não fazia parte da ex-colônia Silveira Martins, tendo sido uma expansão patrocinada por particulares na área próxima ao rio Soturno, conhecida por terras de Manoel Py. As terras que margeavam o rio Soturno foram dadas pelo governo imperial como pagamento a antigos combatentes da Guarda Nacional após a Guerra do Paraguai. Assim, as escrituras passaram às famílias Sertório Leite, desta para Peixoto de Oliveira e finalmente para Manoel Py. Esse português, em 1893, já um “comerciante matriculado no tribunal do comércio da capital federal” e residente em Porto Alegre, designou o imigrante italiano Paulo Bortoluzzi para que vendesse suas terras àqueles imigrantes interessados em lotes coloniais que não fossem aqueles oferecidos pelo Estado brasileiro na época. Assim, o imigrante ficou na incumbência de administrar e vender aquelas terras mais baixas, localizadas próximas ao núcleo colonial do Vale Vêneto, pondo nos jornais impressos da época, reclames a respeito da oferta dessas. Paulo Bortoluzzi passou a comercializar os lotes com os imigrantes que residiam em Vale Vêneto, em Ribeirão Aquiles e em Silveira Martins, vendendo um total de quarenta lotes a partir da divisão das terras de Manoel Py.

Destarte, em Bento Gonçalves, especialmente nas serras escarpadas que acompanhavam o Rio das Antas, se tinham estabelecido durante a imigração, as famílias s Dalmolin e Michellotti. Esses ansiavam adquirir propriedades em *Mambuca*, ou *Colon*, Particular Visconde de Rio Branco, uma nova colônia em expansão, o que corresponderia hoje ao município de Pejuçara.

Contudo, muitas famílias imigrantes tinham filhas que haviam sido enviadas aos noviciados para estudarem. Foi assim que uma das meninas da família Michellotti, a qual estudava na Escola Nossa Senhora de Lurdes, em Vale Vêneto, escreveu à sua família avisando que Paulo Bortoluzzi, comerciante local vizinho da escola, com a

¹Formaram-se três colônias de imigração italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul: Conde d’Eu, Dona Isabel e Duque de Caxias, onde hoje se encontram as cidades de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente. Estas, chamadas de “terras velhas”, tornaram-se a “cada alentada turma de filhos crescidos e casados”, insuficientes para satisfazer as necessidades dos novos núcleos familiares em formação.

qual mantinha próximas relações, vendia "terras nas"²salvas dos"bandidos assassinos que campeiam em Cruz Alta e no norte do Estado"³. A estudante Michelotti, em Vale Vêneto, ciente da "má fama da violência de bandedeiros de Mambuca"⁴, orientou as famílias de Bento Gonçalves para que se dirigissem a região do Polêsine, "preferindo os pioneiros os matos que sombreavam a encosta leste final dos morros de Silveira Martins, nos limites entre os lotes da colonização italiana e as terras em medição de do Coronel Py"⁵. Ali transitava uma picada, sempre a meia encosta, entre Ribeirão e que demandava o passo do Rio Soturno. "*In illo tempore*"⁶, ninguém se arriscava nas"baixadas paludosas"⁷ e, menos ainda, nas "terras de campo".

Dessa forma, veio o primeiro grupo de colonos, pioneiros das terras baixas do rio Soturno, composto pelas famílias Dalmolim, Milanese, Arnutti, Ferron, Pradebon, Cadore, Pasetto, et al. Por fim, foi, nesse ínterim colonizador que grupos de imigrantes, entre os quais estava Antônio Ceretta, autor dos manuscritos aqui analisados, chegaram à região. Concomitantemente à ocupação de novas áreas pelas famílias italianas, surgiu a necessidade da fundação de comunidades, geralmente iniciadas a partir da construção de uma pequena capela.

Em 1880, com doze anos de idade, Antônio Ceretta chegou da Itália juntamente com seus pais e irmãos, fixando-se em uma colônia localizada na subida do monte de Silveira Martins, hoje Vale Vêneto. Em 1893, já casado com Thereza Antoniazzi, também nascida na Itália, adquiriu um lote de 10 hectares, na fértil planície do rio Soturno.

Devido à formação católica que havia recebido da família, Ceretta preocupou-se logo com a preparação espiritual dos filhos dos primeiros colonos, oferecendo-lhes as primeiras aulas de catecismo. Porém, para tanto era necessário iniciar as crianças no mundo da leitura e da escrita, o que exigiu a fundação, também, da primeira escola de alfabetização do povoado.

É preciso registrar que não se pode descrever a história de nenhum povoado da colônia [sic] italiana, sem que figure em primeira linha e como motor do seu desen-

² Planícies próprias para a agricultura.

³ Anotações acerca da história da colonização da Quarta Colônia feita pelo Padre Luiz Sponchiado na Caixa São João do Polêsine, CPG-NP.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem. A religiosidade católica se manifesta nos mais diferentes escritos que compõe o acervo patrimonial da Quarta Colônia de imigração italiana. O termo *in illo tempore* faz referência aos tempos imemoriais bíblicos, "naqueles tempos", sacralizando um passado nem tão distante assim. É próprio da linguagem litúrgica e encerra uma maneira própria de relacionar passado\presente, item discutido no próximo capítulo.

⁷ Essas sendo terras baixas, quando foi implantada a orizicultura com irrigação artesanal, trazidas inicialmente pelos negros de Cachoeira do Sul, valorizaram-se de tal modo que até hoje, a produtividade dessa cultura representa a maior renda do município, fato representado anualmente pela Festa Regional do Arroz, em São João do Polêsine.

volvimento, ocupando o lugar [sic] de primeiro fator, o movimento e progresso religioso. Um núcleo colonial que tivesse início pretendendo excluir este fator, estaria condenado a definir e se destruir, porque entre seus habitantes, haveria falta de união de espírito, e corpo sem espírito é corpo morto e não pode obrar. Por conseguinte, cada novo povoado, o primeiro edifício que se estimava indispensável de erigir, era uma Capela que se construía em madeira: a qual, mais tarde, deve ceder o lugar [sic] a bela igreja em material, devendo esta ser como a galinha que entorno de si reúne seus pintos. Assim em derredor [sic] da igreja saem [sic] as outras construções, e assim o foi também [sic] em Polesine. (Antônio Ceretta in KEMMERICH; POMMER, 2015, p. 18)

Antônio Ceretta acreditava que o sucesso dos novos núcleos coloniais estava diretamente relacionado à união da comunidade, para a qual a fé católica representava um importante elemento. Nos momentos de culto e adoração, as famílias aproveitavam para organizarem-se para atividades coletivas, como a abertura de picadas e estradas, abertura de capões no mato para o estabelecimento das roças, para a organização de mutirões para a colheita, etc. Acreditando que a fé cristã era capaz de unir os colonos, foi através dela que Ceretta alfabetizou durante a catequização, os filhos dos colonos da região. Maíra Vendrame (2007), na obra *Lá éramos servos, aqui somos senhores* analisou a importância da construção de capelas para a realização de atividades religiosas e o estabelecimento de casas comerciais durante a estruturação das novas comunidades da Quarta Colônia.

A preocupação de Antônio Ceretta em registrar as inúmeras atribuições para o estabelecimento dos primeiros colonos na região faz com que seu manuscrito torne-se um suporte importante para a perpetuação da memória imigrante, memória desgastada e esvanecida pelo tempo. A reprodução das memórias de Ceretta, através da publicação dos manuscritos torna possível àqueles que compõem a comunidade de São João do Polêsine e região, acessarem aquelas memórias passadas por relatos de famílias, dos pais para os filhos, e contraporem com aquelas referenciadas nos manuscritos, como uma forma de contribuição para a construção da consciência histórica acerca do processo de colonização e formação das comunidades na região da Quarta Colônia.

Referenciais Históricos e Patrimônio

Que é o tempo afinal? — perguntou Hans Castorp, comprimindo o nariz com tamanha violência, que a ponta se tornou branca e exangue. — Quer me dizer isto? Percebemos o espaço com os nossos sentidos, por meio da vista e do tato. Muito bem! Mas que órgão possuímos para perceber o tempo? Pode me responder essa pergunta? Bem vê que não pode. Como é possível medir uma coisa da qual, no fundo, não sabemos nada, nada, nem sequer uma única das suas características? Dizemos que o tempo passa. Está bem, deixe-o passar. Mas para que possamos medi-lo... Espere um pouco! Para que o tempo fosse mensurável, seria preciso que decorresse de um modo uniforme; e quem lhe garante que é mesmo assim? Para a nossa consciência, não é. Somente o supomos, para a boa ordem das coisas, e as nossas medidas, permita-me esta observação, não passam de convenções... (MANN, 1952, p. 83)⁸

O tempo, enquanto referencial do devir humano e de suas experiências, sempre instigou as mais profundas reflexões. A história, entendida aqui como ciência, se desenvolve a partir das relações sociais entre os homens, em um espaço e tempo específicos. É, portanto, a História, o estudo dos processos humanos que transcorrem através do tempo, no espaço.

Assim como Mann, quando explicita através de seu personagem Castorp que o tempo é uma convenção, podemos entendê-lo como sendo objetificado a partir das mudanças ou referenciais de permuta ou estagnação.

Como o jovem Castorp, diversos filósofos e historiadores trataram de tentar entender o tempo. Dentre eles, Braudel, integrante do grupo que compôs a segunda geração da Escola dos Annales, o qual baseou o tempo histórico em heterogeneidades ou temporalidades diferentes, compreendendo os processos a partir de três instâncias fundamentais, como uma divisão tripartite do tempo: a longa duração, o tempo conjuntural e o factual. Para ele, o tempo curto representava o tempo dos eventos - o factual. Embora haja a divisão estabelecida pelo francês entre os tempos históricos, eles transcorrem associados constantemente entre as demais temporalidades. Fala, portanto, do evento como algo, até certa medida expressivo, um acontecimento, de significações múltiplas a partir de um tempo

⁸ Trecho de diálogo ente Hans Castorp e seu primo sobre o tempo, tema central da obra *A Montanha Mágica* de Tomas Mann.

muito maior do que sua verdadeira duração, por conseguinte, uma conjuntura, um contexto.

O evento constitui então uma parte que se anexa, de forma bastante evidente ou não a toda uma série de acontecimentos. Os eventos, ou seja, o tempo factual, breve, relaciona-se com um tempo maior, uma determinada conjuntura, como por exemplo, um regime, que, por conseguinte, se relaciona à uma estrutura maior, uma superestrutura, ou um tempo de duração mais longo, secular - uma concepção ou prática econômica que influi sobremaneira nas relações de grupos humanos, como o capitalismo e seus desdobramentos.

O modo como nós entendemos o mundo e nossas relações nele, são ditados pela longa duração, porque é nesse que as relações sociais humanas se dão. Nossas crenças advindas de um imaginário herdado pela tradição influem em nossas decisões, orientando os valores morais a partir dos quais nossas ações são tomadas. Assim, a partir da difusão do capitalismo mundial com as grandes navegações do século XVI, propiciaram-se mudanças nas relações de exploração nos mais variados continentes, dando início ao chamado processo de globalização. O deslocamento de grandes contingentes populacionais para as mais diferentes regiões da América durante o século XIX e início do XX foi o resultado do aprofundamento da produção industrial, da expansão das indústrias para a Europa Central, do aumento populacional no “Velho Mundo” e da falta de terras para dar sentido e destino ao trabalho de todos. Com a campanha de migração estabelecida pela recém-unificada nação italiana e pelo Império brasileiro, estimativas apontam que cerca de 80 mil italianos cruzaram os mares Mediterrâneo e Atlântico em busca de expectativa para uma vida melhor, entre 1874 e 1914. Desta região, que se configurava em um corredor de passagem para as mais diversas etnias, especialmente de cultura ítala, mas também de cultura alpina de fronteiras (FAVARO, 2006), a desapropriação de massas camponesas de suas terras e a introdução das jornadas assalariadas de trabalho (sistema de *meia*), descaracterizou a grande família que se reunia em torno do sistema produtivo da *comune*.

Como antes dito, as relações entre o homem e o meio se modifica conforme as novas concepções de mundo se constroem. Consolidado o paradigma de produção e consumo de massas próprias da modernidade, o tempo de longa duração, transformou as relações do presente em momentos desconexos de um processo maior, ou pelo menos, que aparentam desconexão para quem se insere nele.

Estudos recentes que abordam a história imigrante italiana na Quarta Colônia discutem questões ligadas à memória de suas comunidades e sobre quais alicerces se

construiu sua identidade “italiana”. O cerne da discussão encontra-se nas crises de identificações, quando “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”(HALL, 2003, p.7).

Essa reflexão acerca das matrizes identitárias se fazem presente e necessárias em decorrência de analisarmos referenciais históricos de um contingente imigrante extremamente heterogêneo, agindo em um contexto de estabelecimento de sentimentos nacionais. Esse distanciamento de sua terra de origem faz com que suas referências culturais (sociais, linguísticas e religiosas), que antes eram cultuadas no país de origem, se esvanecem, gerando uma crise de identidade, pois o seu “mundo” mudou.

Quando fazemos referência ao mundo, não queremos abarcar a totalidade do planeta, muito embora muitos historiadores compreendem o mundo a partir de uma história totalizante, mas no sentido das relações influenciadas pelos vários grupos sociais. A história passa a ter a dimensão da memória coletiva, espaço-temporal de um determinado grupo de pessoas, ao que chamam de “seu mundo”. Para Le Goff (2003), a história é a forma científica da memória coletiva, sendo ela pensada e problematizada por historiadores a partir da apropriação de referenciais históricos, vestígios do passado, os *materiais da história* – os *documentos* e os *monumentos*. Em suas palavras,

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2003, p. 525)

Quando falamos em patrimônio não podemos deixar de mencionar o caráter mutável que ele encerra semanticamente, podendo ser requalificado conquanto seu lugar no espaço e no tempo. Voltando um pouco no tempo e, analisando sua estrutura etimológica, a palavra patrimônio tem origem do grego clássico *pater*, que significa “pai”, fazendo referência, portanto, a figura paterna. Assim, patrimônio significa tudo o que é deixado pela figura do “pai” e transmitido para seus herdeiros após a sua morte. Está ligado desde a sua formação, às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, fortemente arraigado à tradição. Hoje, patrimônio é entendido como o conjunto de bens materiais que estão intimamente relacionados a identidade, a cultura ou ao passado de uma coletividade.

Choay (2001) atribui ao patrimônio à expressão de conceito “nômade”, posto que sua adjetivação (genético, natural, histórico, cultural) encerra distintas qualidades relativas ao seu uso. Para os fins aos quais se propõe esse

trabalho, faremos uso das categorias de *patrimônio histórico* e *patrimônio cultural*.

O patrimônio histórico

(...) designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoirfairedos* seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, patrimônio histórico tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete à uma instituição e uma mentalidade. (CHOAY, 2001, p. 11)

Logo, é o conjunto de bens que contam a história de uma geração através de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transportes, obras de arte, documentos. O patrimônio histórico é importante para a compreensão da identidade histórica, para que os seus bens não se desarmonizem ou desequilibrem, e para manter vivos os usos e costumes populares de uma determinada sociedade.

A partir destas considerações, podemos afirmar que o conceito de patrimônio não existe isolado. Só existe em relação a alguma coisa. Desse modo, o patrimônio é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É, portanto, o legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações futuras. Por essa e outras questões, quando discutimos patrimônio histórico não podemos deixar de discutir patrimônio cultural, e, apesar de se tratar de categorias diferentes, estão relacionadas, ou seja, manifestam-se indissociavelmente.

A Constituição Brasileira atual adotou a denominação Patrimônio Cultural e, no seu artigo 216, seção II – Da Cultura, coloca que:

Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico. (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 216, seção II).

Este patrimônio é composto por diversos monumentos que possibilitam aos indivíduos fazerem a leitura do

mundo que os rodeia, de modo a estimular a reflexão acerca do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridos. Dessa forma, o documento, enquanto suporte de memória, é monumentalizado, deixando de ser apenas um documento, transformando-se em monumento. Para Le Goff,

o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (2003, p. 546)

Para Choay,

o monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (2001, p. 18)

Ao ligar-se ao passado comunitário através da perpetuação de uma determinada memória, conforma, na contraposição entre as memórias individuais e as coletivas, à benesse de sua identidade. Os documentos suportes de memória coletiva são legados das gerações passadas, às futuras. Constituem uma herança, de valor patrimonial histórico e cultural significativo merecendo a atenção dos historiadores.

Estas características possibilitam a promoção de atividades que vinculem a educação patrimonial à valorização do patrimônio cultural local. A historiadora Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999) identifica a Educação Patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Nesta perspectiva,

fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos pareçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios. (...) Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 2004, p. 29)

Os testemunhos de Antônio Ceretta, sobre os acontecimentos das primeiras ondas imigrantistas italianas são ricos em referenciais históricos necessários para o enten-

dimento do processo de formação da história e da identidade das comunidades ítalo-brasileiras, especialmente aquelas das comunidades de São João do Polêsine e de Vale Vêneto. Os manuscritos estão no Arquivo Provincial Nossa Senhora Conquistadora na cidade de Santa Maria, RS. Não estão, portanto na cidade de São João do Polêsine, dificultando o acesso dos moradores da comunidade ao seu conteúdo, pois estes constituem hoje uma propriedade privada, legada pelo próprio autor aos padres pallotinos. Como forma de garantir o acesso e a publicização das memórias de Antônio Ceretta, fora transcrito e transformado em livro o manuscrito sobre história de São João do Polêsine, e distribuído a rede municipal de ensino para servir de subsídio ao trabalho com os estudantes locais. Estas ações são importantes para a valorização e visibilidade do patrimônio histórico e cultural, importantes elementos para a formação da identidade cultural da região. O manuscrito sobre a história de Vale Vêneto está passando também pelo processo de transcrição e transformação em livro.

Estas ações configuram-se como trabalho de extensão da Universidade Federal de Santa Maria, no sentido de contribuir para a valorização da cultura italiana na região, e como apoio didático pedagógico para o trabalho referente à educação patrimonial junto ao público infantojuvenil.

Se a história é a forma científica da memória coletiva, é sobre as memórias individuais que ela é construída, pois,

quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. (HALBWACHS. 2004, p. 33)

Conjuntamente à publicização dos manuscritos, a produção de um Memorial Virtual também se constituirá em um suporte de acesso à memória, permitindo aos moradores a reflexão sobre referenciais de seu passado. Os manuscritos, após transcrição e transformação em livros, comporão o acervo do Memorial Virtual em um suporte digital, com fotos antigas da comunidade, periódicos locais e depoimentos orais, hospedados no servidor da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine e disponível ao público a partir de 2016.

Considerações finais

A publicização das impressões de Antônio Ceretta sobre as experiências dos primeiros imigrantes chegados a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS constitui em um importante monumento para que a comunidade possa acessar as referências de seu passado, possibilitando as bases para o estabelecimento das negociações que se pretende oportuno com o passado, para a constituição e ressignificação das identificações. Estas e outras ações oportunizam reflexões para que a comunidade repense e intensifique o uso de seu patrimônio cultural como monumento útil para a produção de conhecimento científico, reflexivo e crítico a fim de compreender e atuar na complexidade do mundo contemporâneo, através de ações participativas para o desenvolvimento da sociedade regional em termos culturais e econômicos.

O trabalho ainda está em desenvolvimento e há previsão para o lançamento de outro livro, “A História de Vale Vêneto” fruto da transcrição dos quatro cadernos escritos por Ceretta em 1898, em dialeto vênето e traduzido pelo próprio em 1941. Esse será lançado na 31ª edição do Festival de Inverno de Vale Vêneto, evento que ocorrerá em julho de 2016 e que é organizado pela UFSM, em parceria com a prefeitura municipal de São João do Polêsine.

Referências Bibliográficas

BARRETTO, Margarita. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. 8ª ed. São Paulo: Papirus, 1995.

_____, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus, 2000

_____, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo - SP: Editora Perspectiva, 1978. BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro – RJ: Rocco, 1987.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

FAVARO, Cleci Eulália. Os “italianos”: entre a realidade e o discurso. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. 2–Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GASTAL, Susana. *Turismo, imagens e imaginários*. Aleph, São Paulo, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALSBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Centauro, São Paulo, 2

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano, RJ, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2ª ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MANN, Tomas. *A Montanha Mágica*. São Paulo – SP: Editora Nova Fronteira S.A., 1952.

KEMMERICH, R; POMMER, R. (Org.) *História do São João do Polêsine desde o início de sua colonização até o ano de 1936, escrita pelo Professor Antônio Ceretta*. Santa Maria: EaD/CTISM, 2015.

POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italiasiamopartiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2004.

VENDRAME, Maíra Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes na organização da ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria, Ed. UFSM, 2007.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: PUCRS, 1975